

A influência da religião europeia na cultura brasileira

Da religião mágica à religião crítica¹

The influence of European religion in
Brazilian culture

From magic religion to criticize religion

*Ney de Souza**

Resumo: O perfil atual da religião no Brasil é o resultado de uma antiga tradição oriental e da herança do antigo ramo do Cristianismo, distribuídos em três formas: latim, francês e alemão. A diferenciação das três formas é devido ao desenvolvimento de potências católicas europeias no mundo, através de mercados, exército, política, religião e cultura, que se espalharam por todo o mundo e influenciaram a África e a Ásia desde a segunda metade do século XV. No século seguinte, chegou à América, mudando os hábitos anteriores. A expansão Ibérica teve um papel importante neste processo. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que lida com a influência religiosa europeia, o senso comum das culturas indígenas e africanas e a atual cultura brasileira.

¹ Parte deste texto foi publicado em italiano em GASPARRO, G. S.; CONSENTINO, A.; MONACA, M. *Religion in the History of European Culture*. Proceedings of the 9th EASR Annual Conference and IAHR Special Conference, 14-17 september 2009. Messina: Officina di Studi Medievali, 2013.

* Pós-doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma. Registro USP. Líder do grupo de pesquisa no CNPQ Religião e política no Brasil contemporâneo. Professor da graduação e Pós-Graduação na PUC SP.

Palavras-chave: religião, Brasil, Europa, cultura

Abstract: The current profile of religion in Brazil is the result of an ancient eastern tradition and of the inheritance of the old branch of Christianity, spread in three forms: Latin, French and German. The differentiation of the three forms is due to the development of European catholic powers in the world, through markets, army, politics, religion and culture that spread all over the world and influenced Africa and Asia since the second half of XV century onwards. In the following century they reached America, changing the previous habits. The Iberian expansion had a significant role in this process. This paper presents the results of a research that deals with the European religious influence, the common sense of Indian and African cultures and the current Brazilian culture.

Keywords: religion, Brazil, Europe, culture

Introdução

O fenômeno religioso é um dos componentes essenciais do patrimônio cultural no Brasil contemporâneo. A implantação do catolicismo relativamente recente no território, ocupa um papel preponderante. No caso do Brasil, deve-se perguntar se o termo catolicismo ainda é uma designação possível. A pergunta é feita porque no processo histórico de vários séculos diversos elementos religiosos foram se misturando com o cristianismo.

No Brasil atualmente ocorre uma ampla difusão das denominações do tipo Pentecostal e Neopentecostal.² Este é um fato que não pode passar despercebido. O fenômeno tem um lugar especial para as camadas populares do país e de todo o continente latino-americano.

O estudo que é apresentado neste artigo objetiva realizar uma viagem ao Brasil conquistado pelos portugueses e analisar a influência da religião europeia, especialmente a religião de Portugal medieval.

² CNBB. *Guia Ecumênico*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 247-249. DELUMEAU, J. *Á espera da aurora*. Um cristianismo para o amanhã. São Paulo: Loyola, 2007, p. 179.

Daquela religião mágica, alienante, muitas vezes, se chegará a uma religião crítica.

1 Os povos indígenas e a conquista

Quando os europeus conquistaram o Brasil (1500), denominaram todos os povos presentes no território de *Índios*. Realizou-se assim uma generalização, não respeitosa das diferenças entre os vários grupos étnicos. Embora ciente de que o termo *índios* não deu razão para a complexidade dos acontecimentos históricos do Brasil, neste estudo será este o utilizado. Da mesma forma com o termo povos nativos serão designadas as populações esmagadas pela conquista. Os povos nativos eram muitos, dois são os principais ramos: Tapuias e Tupi-Guarani.³ Os europeus simplificaram a grandiosidade de elementos culturais e linguísticos de tantos povos que habitavam o território. O tema continuou também bastante negligenciado na bibliografia sobre o Brasil colonial.⁴

Desde o século XVI, à complexidade étnica se acrescenta a enorme transferência das populações da costa Africana, todas escravizadas. Os negros se tornam um componente fundamental da colônia portuguesa, carregaram um sofrimento terrível, mas também demonstraram uma vitalidade excepcional. Através das religiões afro-brasileiras, os negros conseguiram preservar um pouco de sua identidade cultural, estas religiões estão claramente em constante crescimento. Estas mesmas religiões e culturas influenciaram significativamente cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís e Porto Alegre.

A religião cristã no Brasil não penetrou como no México⁵ ou no Peru,⁶ onde os conquistadores exterminaram as populações antigas em poucas décadas. Cresceu lentamente através de vários ciclos

³ FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 37.

⁴ MONTEIRO, J. M. Índios. In: NIZZA DA SILVA, M. B. *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 431.

⁵ BUTTERROTH, M. A. P. A Igreja no México. In: DUSSEL, E. (org.). *Historia Liberationis*. 500 anos de História da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 340.

⁶ KLAIBER, J. A Igreja no Peru, Equador e Bolívia. In: DUSSEL, E. (org.). *Op. Cit.* P. 434-436.

missionários.⁷ A ação dos agentes de pastoral sempre foi ligada àquela dos militares portugueses, envolvidos na conquista do vastíssimo território. Para todas estas populações nativas, a Europa é um fenômeno trazido de fora, não pertencente à raiz profunda de seu ser como um povo.⁸ A ação europeia no território foi eurocêntrica, etnocêntrica, colonialista. Sendo o catolicismo um dos componentes de grande importância na formação do Brasil é necessário constatar que “a evangelização no Brasil se iniciou estritamente ligada à colonização. Não poderia ser diferente na época. Mas esta ‘aliança’ teve caro preço”. Situação que terá forte influência nos desdobramentos do catolicismo, pois “o anúncio do Evangelho foi associado muito de perto com o uso das armas, a conquista das terras dos indígenas e a destruição de grande parte da sua população e cultura”.⁹

É notório que “a chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindo de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses, e em especial os padres, foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés)...”. A utilização da palavra catástrofe “é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista e apenas cerca de 250 mil existem nos dias de hoje”¹⁰

2 As religiões dos povos testemunhas da conquista

Os povos antigos do Brasil eram sobretudo agricultores itinerantes em sua maioria, enquanto os grupos de caçadores nômades, pescadores e coletores de frutas eram minoria. Entrando em contato com os diferentes grupos étnicos, os portugueses os descreveram como prontos para receber a mensagem do Evangelho, humildes e

⁷ HOORNAERT, E. et alii. *História da Igreja no Brasil*. T. II/1. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 30-103.

⁸ TODOROV, T. *A conquista da América a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 221-222.

⁹ ANTONIAZZI, A. 500 anos de evangelização. In: *Estado de Minas*, 29 março 2000, p. 9, c. 1-2.

¹⁰ FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 40-41.

abertos. Após os primeiros conflitos, no entanto, afirmaram em seus relatos que estavam diante de povos ferozes, selvagens e desprovidos de qualquer sentido religioso.¹¹ Mais tarde, os missionários constataram a existência de arraigadas crenças, cultos, ritos e mitos. Os religiosos afirmaram em seguida, que tudo isso era superstição, ignorância, práticas desumanas, fenômenos satânicos e fanatismo.¹² Os sacerdotes cristãos não sabiam nada sobre esta religiosidade nativa e nem queriam conhecer. Permeados por preconceitos e cegos pela sua suposta superioridade cultural europeia, estavam convencidos de que nada de bom poderia ser oferecido pelas formas religiosas indígenas.

Para os índios de toda a realidade era o local de constante presença do divino. Não havia, portanto, a distinção entre o sagrado e o profano. Aos olhos dos nativos, a mãe terra era o sinal mais evidente do além. Sagrada, essa merecia todo o respeito, o acesso à terra era regido pelas tradições religiosas do grupo e a propriedade privada era desconhecida. Esta visão do cosmos determinava uma atitude harmoniosa e não agressiva para com o mundo. Ao invés de dominar, saquear e transformar a natureza, os índios procuravam se adaptar a esta e se integrar no contexto em que viviam.

Na visão do cosmos dos índios, a pessoa era pessoa na medida em que pertencia a um determinado grupo humano. As relações interpessoais constituíam, portanto, o valor supremo. As comunidades eram implicitamente conscientes de que a sua sobrevivência dependia do respeito pela lei da natureza e que, em última análise, essa era descendente de uma vontade superior. Esta intuição também alimentou a capacidade de relativizar a sua própria condição. Ainda existe hoje no Brasil um pensamento nômade, uma atitude vital, muitas vezes às pressas e superficialmente interpretada pelos europeus como uma falta de disciplina, desorganização e falta de iniciativa. Na realidade, esta

¹¹ HOORNAERT, E. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 29.

¹² Em VAINFAS, R. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, se encontra um importante estudo sobre a conquista dos portugueses e o fenômeno religioso indígena no século XVI, a Santidade, uma idolatria culturalmente misturada com elementos europeus. Interessante porque ao mesmo tempo incorporava e negava os valores da dominação colonial.

atitude existencial é fruto do pensamento de um presente provisório, herança das antigas religiões indígenas.

Os europeus não constataram a existência dos mecanismos tradicionais de seu estado. Missionários e portugueses acreditavam que os nativos não tinham nenhuma referência em relação à autoridade. Consideravam, devido a isto, os nativos sem fé, leis e reis.¹³ Assim, os conquistadores agiram em conformidade à sua tese, tratando estes povos como selvagens, quase não eram homens para os invasores.

A religião europeia foi imposta aos nativos. O resultado foi a pouca adesão pessoal, com destaque para a acentuação dos aspectos sociais e externos da religião. Dentro deste quadro, “a cultura ocidental é apresentada como a ‘cultura padrão’ do cristianismo, modelo para todas as outras expressões culturais, uma espécie de ‘cultura superior’ à qual todas as outras devem se submeter”.¹⁴ O caráter legitimador da conquista que a fé católica assumiu, favoreceu o surgimento de sentimentos de rebelião ou indiferença ao catolicismo. Nos dois primeiros séculos da conquista, esta situação nunca produziu uma corrente de pensamento alternativo à mentalidade dominante. Pouquíssimas foram as possibilidades de contestar o regime colonial português. O sincretismo religioso que lentamente se criou na colônia deve ser interpretado como uma forma de resistência cultural, propensos a rejeitar a religião dos europeus.

Na segunda metade do século XVIII, a estabilidade da estrutura colonial iniciou seu declínio. O projeto de cristianização entrou em crise. Era a época pombalina. Na sociedade começou a penetrar os ideais liberais e Iluministas.¹⁵ Uma parte do clero, especialmente o urbano, se mostrou favorável à nova maneira de pensar.¹⁶ A doutrina religiosa católica, que serviu de suporte para o domínio lusitano, não só sobre os indígenas e negros, mas também sobre colonos, que desde

¹³ GANDAVO, P. M. *História da Província de Santa Cruz*. Lisboa, 1576.

¹⁴ MATOS, H. C. *Nossa História*. 500 anos de presença da Igreja católica no Brasil. T. I. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 44.

¹⁵ DIAS, M. O. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *RHIGB* Rio de Janeiro, 278 (1968) 105-170.

¹⁶ SOUZA, N. El clero en el Brasil colonial y los movimientos de las conspiraciones. In: SARANYANA, J. I.; GRAU, C. J. A. (dir.). *Teología en América Latina*. Vol. II/1. Madrid: Vervuert, 2001, 919, 929.

os primeiros anos procuraram obter uma maior autonomia e liberdade em relação a Portugal, foi radicalmente questionada. Após a expulsão dos jesuítas (1759), começou um período prolongado (1759-1840) para repensar a ação religiosa da Igreja Católica no Brasil.

3 A religião e a sociedade colonial

Todo o desenvolvimento cultural da sociedade colonial foi condicionado e limitado pela hegemonia do pensamento religioso. A cultura da colônia foi em muitos aspectos um reflexo do que acontecia em Portugal. A partir da segunda metade do século XVI, imperou na Península Ibérica a Reforma católica através do Concílio de Trento (1545-1563). O movimento humanista português, nascente e frágil, foi sufocado e perseguido pela inquisição.

Entre 1500 e 1759 os jesuítas controlaram todas as atividades culturais brasileiras. Os membros da Companhia de Jesus fundaram vários colégios, mas não universidades, porque o rei Português proibiu-os. Era sempre o temor da superação da colônia em relação à metrópole. Nos colégios dominou a filosofia católica, ou seja, o aristotelismo, corrigido e revisto, de modo que assim não prejudicasse a fé. A inquisição realizou um efetivo controle sobre todas as publicações utilizadas na colônia e censura era altamente severa.¹⁷ Os textos que questionavam a ordem estabelecida e abriam espaços para a reflexão crítica não chegaram nunca, oficialmente, ao Brasil. O tribunal do Santo Ofício sediado em Lisboa enviou ao Brasil três visitas: Bahia (1591-1595), Bahia (1618) e Grão Pará (1763-1769). De maneira especial a primeira é um retrato do Brasil colonial: a língua, os costumes e hábitos, os delitos cometidos.

A influência da religião constituiu um traço fundamental da monarquia portuguesa desde a sua criação. O primeiro rei de Portugal, D. Afonso I, no século XII, proclamou sua fidelidade ao Romano Pontífice, à época o papa Celestino II, em 1144, acolhendo o gesto, reconheceu

¹⁷ VAINFAS, R. Inquisição. In: ID. (dir.) *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 308-310.

através de um ato político-religioso o reino de Portugal, apenas formado. Logo de início, o reino, começou lutando contra os infiéis mouros, segundo o pensamento cristão naquele período. repetidamente e por meio de documentos oficiais sacralizou a expansão lusitana.¹⁸

Em 1454 a bula pontifícia *Dum Diversas*¹⁹ de Nicolau V chegou ao ponto de ameaçar de excomunhão a todos aqueles que viessem a dificultar o tráfego comercial português no Oriente e exercer comércio ilícito. O monopólio comercial, portanto, pertence a Portugal. Com esta premissa, a *descoberta* de imensas riquezas no Brasil não foi outra coisa senão uma aventura para os povos desses territórios.

A religião foi fator dominante na determinação da estrutura desta sociedade colonial e da ação dos evangelizadores. Através da instituição do Padroado,²⁰ a Igreja católica transformou a conquista num ato eminentemente religioso. Em 1532 o papa confere a Dom João III a dignidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo. Com isto, todos os territórios portugueses estavam sob a jurisdição de uma ordem religiosa dirigida pelo monarca. Desta forma, o rei, sem usurpar nenhuma função religiosa e com o consentimento da autoridade máxima da Igreja universal, tornou-se o principal responsável da atividade missionária no Brasil. Como delegado papal e o líder indiscutível da comunidade eclesial, o soberano tinha a responsabilidade de cada uma das decisões pastorais e o direito/dever de nomear bispos, de enviar missionários, de sustentar financeiramente os clérigos, de abrir ou fechar mosteiros/conventos, paróquias e lugares de culto, para defender os cristãos, inclusive militarmente.

Ao longo do período colonial, o papa limitou-se a aprovar automaticamente todos os atos do soberano. Para melhor controlar as atividades missionárias, a Coroa criou uma espécie de ministério para os assuntos religiosos: a *Mesa da Consciência e Ordens* (1532).

¹⁸ Bula *Romanus Pontifex* (1454), do papa Nicolau V (1447-1455). A bula concede ao rei português os territórios desde o cabo Bojador e Num até a Índia. *Bullarium Diplomaticum et Privilegiorum*, v. 5, 111-115 e *Bullarium Patronatus*, Tomo I, 31-34. Em português SUESS, P. (ed.). *A conquista espiritual da América espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 225-230.

¹⁹ *Bullarium Patronatus Portugaliae*, I, 22.

²⁰ SOUZA, N. Os caminhos do Padroado na evangelização do Brasil. In: *REB* 247(2002) p. 683-694.

Era um tribunal civil e eclesiástico. Este organismo era responsável pela resolução das questões mais sensíveis relacionadas com a ação dos clérigos.²¹ Desta forma, poder político e religioso tornaram-se um instrumento de um único projeto de expropriação da população e das riquezas locais. A religião europeia abençoou a violência contra qualquer oponente do projeto colonial. “Para que fez Deus Portugal, e para que levantou no mundo está monarquia, senão para desfazer ídolos, para converter idólatras, para desterrar idolatrias? Assim o fizemos, e fazemos, com glória singular do nome cristão nas Ásias, Áfricas, nas Américas”²²

4 A religião e a crise do projeto colonial

A expulsão da Companhia de Jesus em 1759, foi efetuada porque a ordem religiosa era considerada pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro português, o principal obstáculo para a modernização da colônia. O fato acabou se revelando para a Coroa portuguesa mais um malefício do que um benefício. Os jesuítas haviam sido até então absolutamente fiéis ao trono português, também haviam ajudado a moderar tendências separatistas difusas no meio dos colonos. Com a expulsão, a monarquia perdeu um poderoso aliado no exterior.²³ O antijesuitismo era, portanto, um elemento fundamental na crise do projeto colonial.

No Brasil começou a se espalhar ideias iluministas e liberais. O mesmo em Portugal, devido ao absolutismo da monárquica e de um certo clericalismo, havia acumulado um crescimento aquém de outros estados. Os estudantes brasileiros que frequentavam a universidade de Coimbra foram contagiados pela nova mentalidade em vez de ver no rei um ‘bom pai’ que estava preocupado com o destino de seus filhos, descobriram nele um déspota, interessado em saquear a colônia. Esse

²¹ SOUZA, N. Um perfil do clero brasileiro (1808-1828). In *RHEMA* 4 (1998) p. 249-265. NEVES, G. P. Mesa da Consciência e Ordens. In: SILVA, M. B. N. *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 539-540.

²² VIEIRA, A. *Os Sermões*. São Paulo: Difel, 1968, p. 26-27.

²³ COUTO, J. Jesuítas. In: SILVA, M. B. N. *op. cit.* p. 451-454.

despertar não será ainda um despertar religioso do elemento mágico para a crítica.

Durante o período da luta pela independência, a religião ficou dividida. O episcopado, todos portugueses, e o clero rural permaneceram leais à Coroa lusitana. O clero urbano, no entanto, se juntou com convicção para o processo de mudança na sociedade. Na medida em que o clero da cidade participou das lutas em favor de uma nova ordem política, foi aumentando também a sua capacidade crítica em relação ao trabalho realizado pela religião no passado.²⁴ A oposição ao poder político estabelecido foi certamente a maior novidade dentro da hierarquia eclesiástica entre os anos de 1759 e 1840. O clero urbano, impactado pelo pensamento dos enciclopedistas franceses, lutou para encontrar um novo lugar naquela sociedade. Pela primeira vez, após a conquista, alguns setores da Igreja, minoritários, se questionaram sobre o seu papel histórico, foi um período de reflexão, fortemente contestado pelo episcopado. Novas ideias sobre a igualdade dos cidadãos perante a lei, o direito de propriedade e à liberdade de comércio se difundiam, enquanto as mudanças estruturais importantes ocorriam a nível internacional.

No início do século XIX, Portugal, economicamente subordinado à Inglaterra, se opôs ao bloqueio continental por Napoleão Bonaparte. Os ingleses fizeram uso dos portos lusitanos para contornar o embargo comercial e a frota francesa, Napoleão decidiu então a invasão de Portugal. Esse fato mudou o destino histórico do Brasil. O então príncipe regente e depois rei Dom João VI e a corte portuguesa se transferiram de Lisboa, rumo à sua mais rica colônia no Atlântico sul, protegidos por uma escolta inglesa (1807-1808).²⁵ A transferência da corte foi um passo no caminho da independência.

Este passo histórico, a independência (1822), não foi o efeito da propagação de ideias liberais e Iluministas ou o apoio das camadas médias da sociedade, quase inexistente, nem foi o resultado da ação dos intelectuais, cujo peso permaneceu limitado. O avanço foi

²⁴ SIQUEIRA, A. J. *Os padres e a teologia da ilustração*. Pernambuco 1817. Recife: UFPE, 2009, p. 92-98.

²⁵ NORTON, L. *A corte portuguesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 1-20.

conseguido graças ao apoio que Pedro, filho do rei, recebeu dos ricos proprietários de terras e escravos, que estariam prejudicados se o Brasil permanecesse no estado de colônia.²⁶ Completamente alheios ao processo foram as camadas populares, que começaram a exercer um papel político somente depois de 1930. Os camponeses foram capazes de entrar ativamente em cena só depois de 1950. Portanto, uma independência sem a participação da grande maioria da população.

5 A nova europeização da religião brasileira

Depois de 1840, as atitudes de religião no Brasil mudaram, pelo menos na aparência. Prevaleceu a reforma católica e o período entre 1840 e 1930, com a segunda evangelização do Brasil. Os bispos, insatisfeitos com a situação eclesial, queriam trabalhar para que a religião local fosse modelada conforme a proposta tridentina, por meio de duas correntes de pensamento, o tradicionalismo católico e o ultramontanismo. Na concepção tridentina de sociedade perfeita a Igreja já não podia aceitar uma subserviência ao Estado. Assim, a Igreja começava a criticar o regime galicano do Império.

Para desenvolver a proposta de reforma, os bispos confiaram esta atividade às congregações religiosas estrangeiras (europeus). Aos lazaristas confiaram a delicada tarefa de educar as novas gerações de sacerdotes, e importantes papéis foram desempenhados pelos capuchinhos e jesuítas. Apesar do decreto de expulsão da ordem não ter sido revogado, os jesuítas, em 1842, obtiveram permissão para retornar ao Brasil, abrindo imediatamente colégios.²⁷ Entre as congregações femininas que tiveram um papel importante, é necessário lembrar das Irmãs de São José de Chambéry e as Filhas da Caridade (ou Vicentinas). Estas trabalharam no campo da educação, saúde e assistência social. Pela primeira vez na história da religião católica no Brasil, até mesmo as irmãs religiosas foi dado um espaço de ação significativa para a realização das atividades pastorais.

²⁶ NEVES, A. M. B. Independência. In: SILVA, M. B. N. *Op. Cit.* p. 428-432.

²⁷ MONDONI, D. *Os expulsos voltaram*. Os jesuítas novamente no Brasil (1842-1874). São Paulo: Loyola, 2014, p. 73-90.

O processo de europeização ou romanização²⁸ teve *sucesso*. Depois de 400 anos de ação pastoral, também no Brasil prevaleceu instituição modelo da Igreja e os sacerdotes foram colocados em posição de controlar as massas de fiéis. Difundiram o cristianismo doutrinariamente e em sintonia com a sensibilidade da Igreja universal. A distância entre a instituição eclesiástica e as camadas mais pobres da população cresceu, favorecendo o surgimento de eventos políticos e religiosos, como *Canudos*, onde milhares de camponeses se reuniram em torno da figura de Antônio Conselheiro,²⁹ em um movimento que foi capaz de articular diversos elementos: as antigas devoções populares, os protestos agrários e o messianismo carismático.³⁰

A religião se distanciou dos camponeses, mas não dos ricos proprietários de terras e uma boa parte do clero era a soldo dos latifundiários e proprietários de escravos. Por outro lado, mesmo as ordens religiosas tinham como principal fonte de renda o trabalho dos negros. As ordens estavam em um estado de dolorosa moral. O padre Luís Lagsagna chegou ao Brasil em 1883 para iniciar a obra salesiana, afirmou que muitos religiosos viviam na luxúria e no luxo e que o fechamento de muitos conventos seria benéfico para a comunidade eclesial.³¹ Não é de se admirar a acusação feita à Igreja Católica de ser indiferente em relação à corrente abolicionista e de hostilidade para com aqueles que tentavam melhorar as condições de vida dos negros.³²

A segunda europeização difundiu um cristianismo legalista, impondo sentimentos de culpa e espiritualista. Os fiéis eram convidados a considerar a terra como um local de provação, foram instados a merecerem os prêmios celestes através da prática regular de adoração, obediência ao clero e à rejeição de costumes mundanos, o

²⁸ VIEIRA, D. R. *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 2007, p. 105-115.

²⁹ MONIZ, E. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Global editora, 1986, p. 19-20.

³⁰ OTTEN, A. *"Só Deus é grande", A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Loyola, 1990. VILLA, M. A. *Canudos, o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1993.

³¹ LO MONACO, L. *I cattolici nella storia civile del Brasile (XVI-XX secolo)*. Torino: L'Harmattan Italia, 1996, p. 54-55.

³² HAUCK, J. F. et alii. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 263-274.

que contrariavam a Igreja, o Papa e Cristo.³³ A devoção ao Sagrado Coração de Jesus resumiu a visão sombria e pessimista, os devotos rezam aos pés do Cristo Eucarístico, foram chamados para proteger das eventuais feridas, para o conforto e para reparar os danos ou prejuízos causados pelos pecadores e inimigos da fé, com sacrifícios e penitências.

6 A religião no Brasil República

A abolição da escravatura (1888)³⁴ e o nascimento da República (1889) não prejudicaram o domínio das oligarquias agrárias nem mudaram o modelo econômico. De fato aprofundou o declínio do Nordeste e a agricultura emergiu como o principal recurso em um país em grande crescimento. Em 1890, são catorze milhões de habitantes,³⁵ em 1920 esse número aumentou para trinta milhões e, em 1940, quarenta milhões.

Com o nascimento da República, extinto o padroado, a religião católica perdeu alguns de seus privilégios. Surpresa com o desdobramento dos acontecimentos, vai demorar alguns anos antes de reagir às mudanças nas condições políticas.³⁶ A hierarquia eclesiástica foi forçada a um duro aprendizado de liberdade e, sem abandonar as velhas alianças sociais, procurou encontrar um espaço original na vida pública. O período foi caracterizado por um profundo sentimento de insegurança. A religião demonstrou uma considerável desconfiança do Estado e as relações entre ambos eram muitas vezes tensa.³⁷

O projeto de 1891 para a nova constituição previa uma expropriação dos bens das ordens religiosas, a expulsão dos jesuítas, a

³³ AZZI, R. *O altar unido ao trono*. Um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 126-129.

³⁴ CHALOUB, S. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras: 1990. MATTOS, H. Abolição da escravidão. In: VAINFAS, R. (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1899)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 16-19.

³⁵ FAUSTO, B. *op. Cit.* p. 236.

³⁶ GOMES, E. S. *A Dança dos poderes*. São Paulo: D'Escrever, 2009, p. 97-105.

³⁷ LUSTOSA, O. F. *A Igreja católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991, p.17-30.

proibição do ensino católico nas escolas públicas e algumas restrições à entrada dos religiosos estrangeiros no Brasil. A Igreja Católica se mobilizou contra o projeto, e obteve resultados significativos. A Constituição que entrou em vigor permitiu o acesso religiosos estrangeiros ao país, grande parte das propriedades da Igreja não foram transferidas ou confiscadas pelo Estado. O mesmo Estado suspendeu todos os financiamentos para os sacerdotes. A Igreja Católica conseguiu que o país aceitasse a presença de nuncios apostólicos e, assim o Brasil Republicano estabeleceu relações diplomáticas com o Vaticano.³⁸ A questão indígena é outra história. Várias missões entre os índios foram desmanteladas. O governo criou o serviço de proteção aos indígenas

A encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) foi o ponto de referência para a ação dos católicos no Brasil. A ação social dos católicos entre 1889-1930 foi sem precedentes. Sua presença acontecia no mundo do trabalho, operando de acordo com uma ótica assistencial, as primeiras tentativas foram esporádicas e isoladas e, em seguida, sob a supervisão e coordenação do episcopado. As atividades promovidas pelos leigos eram declaradamente apolíticas e se desenvolviam com controle, sem jamais questionar a estrutura sócio-política do país.³⁹

A religião entre 1930-1945 reconstruiu a aliança entre a Igreja Católica e o Estado.⁴⁰ Dom João Batista Becker, arcebispo de Porto Alegre, convicto da bondade do presidente Getúlio Vargas, realizou um grande trabalho para convencer os demais bispos no apoio ao presidente, entre eles o cardeal do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme, convidando os bispos do Sul, através dos capelães militares, a darem seu apoio a Vargas.⁴¹

Lutando com as dificuldades causadas pela crise econômica, Vargas procurou legitimidade eclesial e o consenso episcopal. A Igreja aproveitou para arrebatar concessões e recuperar posições sociais,

³⁸ LUSTOSA, O. F. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890), uma passagem para a libertação. In: *REB* 35 (1975) n. 139, p. 628-645; PIVA, E. D. Transição Republicana, desafio e chance para a Igreja I. In: *REB* 49 (1989) n. 195, p. 627.

³⁹ LUSTOSA, O. F. *A Igreja católica...op. cit.* p. 95-116.

⁴⁰ BANDEIRA, M. *A Igreja católica na virada da questão social (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴¹ AZZI, R. *História da Igreja no Brasil. Terceira Época (1930-1964)*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 213.

adaptando-se muito bem à situação política, reforçando as ligações com as classes médias e incidindo sobre elas para cristianizar a sociedade. O episcopado deu visibilidade à comunidade católica, com gestos simbólicos, como a construção da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro e da proclamação de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Os bispos se propunham à nação como mediadores de paz e mobilizaram os fiéis através de congressos eucarísticos durante todo o período do governo de Vargas.⁴²

Depois de 1940, a hierarquia católica pareceu perceber as condições de vida em que viviam forçados milhões de cidadãos e começou a analisar o contexto brasileiro dentro de um contexto internacional. Pressionado pelos leigos da Ação católica, os bispos prestaram maior atenção à situação dos agricultores, sem nunca superar o conceito expresso na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) do papa Pio XI e tendo como objetivo minimizar os conflitos, ou questionar as raízes estruturais da injustiça social. Penetraram novos estímulos no âmbito clerical e vários leigos foram influenciados pela utopia social, pelo pensamento humanista e personalista dos filósofos franceses Jacques Maritain e Emmanouel Mounier. Princípios que constituíram uma poderosa fonte de renovação do catolicismo brasileiro. De grande importância, por fim, o processo de renovação da Ação católica e do trabalho de envolvimento da população em projetos de solidariedade e ação social, lançados pela hierarquia da Igreja. O nascimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 1952) mudou a direção da Igreja, através do desenvolvimento da coordenação das diversas iniciativas e cooperação com o governo em programas de promoção humana.⁴³

7 Religião e regime totalitário

A partir de 1960, profundas mudanças no interior do país levaram o catolicismo a estreitar laços com os movimentos sociais, engajando-se

⁴² AZZI, R. *op.cit.* p. 225-228.

⁴³ LUSTOSA, O. F. *A Igreja...Op. cit.* p.153-156.

em programas de reformas de mudanças sociais.⁴⁴ Neste processo, a Igreja católica no Brasil destacou-se ao se projetar na vanguarda da militância em defesa dos princípios de justiça social, dos direitos humanos e ao se envolver nas lutas sociais e políticas daquele período histórico. É certo, não se pode omitir, que no início a Igreja apoiou o golpe e seus desdobramentos. No contexto de uma ditadura militar repressiva o ativismo sociopolítico do catolicismo brasileiro engendrou um crescente conflito entre a Igreja católica e o Estado militarizado. O golpe de Estado no Brasil inaugurou uma série de intervenções das forças armadas em outros países latino-americanos, caracterizado por atos ferozes de crueldade. O regime foi monstruoso e longo (1964-1985).

No final dos anos 1960 e início da década de 1970, setores da hierarquia começaram a mudar seu posicionamento frente ao regime militar confrontando-se com as atitudes desumanas promovidas pelas ações militares e paramilitares. Este setor da Igreja “enfrenta o Estado e as classes dominantes, criticando seu sistema econômico e sua política impiedosa”.⁴⁵ Michel Lowy considera a Igreja católica como a principal adversária da ditadura⁴⁶ levando-a a ser acusada pelos militares de subversiva, inspirada no marxismo e opositora do progresso e da modernização. Desgastada a histórica aliança entre Igreja e Estado, afirma Serbin, o regime burocrático-autoritário do Brasil prosseguiu em seus planos de desenvolvimento sem o costumeiro apoio moral, intelectual e político da Igreja.⁴⁷ O mesmo brasilianista sustenta que o “Estado e a Igreja estavam abandonando suas cosmologias conjuntas de dominação social”. Constata que somente “encontros secretos entre os bispos e os generais durante os piores anos do regime impediram a ruptura das relações”.⁴⁸ Encontros estes realizados numa entidade formal, desconhecida do público: a Comissão Bipartite, criada em novembro de 1970, no Rio de Janeiro.

⁴⁴ MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 102-138.

⁴⁵ ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979, p. 251.

⁴⁶ LOWY, Michel. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 55.

⁴⁷ SERBIN, K. *Padres, celibato e conflito social*. Uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 187.

⁴⁸ SERBIN, Kenneth. P. *Diálogos na Sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 127.

Os dois importantes protagonistas na renovação do Brasil foram a Igreja Católica, uma parte dela, e o sindicato. Em 1980, havia no Brasil 80.000 CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) que promoveram inúmeras iniciativas de denúncia e solidariedade. Em 1978, o sindicato, mesmo tendo um pequeno número de afiliados, provocou uma onda de greves que visavam obter aumentos salariais. São de grande importância as famosas greves do ABC paulista (1978, 79, 80). Apoiados pela religião e por inúmeros setores da sociedade, os trabalhadores obtiveram um sucesso parcial nesta empreitada. Estes eventos revelaram duas correntes sindicais, o sindicalismo autêntico e a unidade sindical. A primeira implantação, que teve como líder Luis Inácio da Silva, conhecido como Lula, reivindicou uma transformação radical dos sindicatos oficiais, favoreceu a ação direta no local de trabalho e a participação da base. O segundo campo foi monopolizado pelo Partido Comunista que se empenhou na escalada ao topo dos sindicatos do governo, a mudança se deu somente em longo prazo.

Os militares entraram em conflito várias vezes com grupos de leigos católicos. Para eles, o regime aumentou atos de violência e discriminação. A Igreja Católica oficial não organizou um projeto de oposição, mas procurou resolver conflitos individuais com o Estado na tentativa de minimizar o confronto em andamento. Muitos bispos entraram num discurso que não sabiam o que estava acontecendo, alguns, por sua vez, colaboraram ativamente com o governo, reprimindo dentro de suas dioceses toda iniciativa que iria questionar o regime. Assim, enquanto as comunidades eclesiais eram perseguidas, muitos bispos continuaram a festejar com os representantes do governo ditatorial.⁴⁹

Em 1968, a ação repressiva do regime tornou-se mais radical e sacerdotes foram mortos. As relações entre as autoridades políticas e as religiosas começaram a ficar estremecidas, somente neste momento o alto clero começou a se opor ao regime, em defesa dos direitos humanos. Era evidente a influência do Concílio Vaticano II (1962-1965) e

⁴⁹ Importante para esta temática devido à extensa documentação é o estudo GOMES, P. C. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira*. A visão da espionagem. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2014.

da II Conferência do Episcopado Latino-Americano de Medellín (1968). As comunidades de base já estavam espalhadas por todo o território nacional. Durante o período ditatorial, os bispos nunca desistiram de reatar as suas relações com o governo. Minimizaram os fatos mais trágicos e viam cada conflito como algo ocasional, passageiro e localizado. Apesar disso, surgiram momentos de alta tensão entre ambas as instituições, como a ocorrida durante a campanha difamatória conduzida pelo governo militar contra Dom Helder Câmara e outros bispos do Nordeste do país.⁵⁰

O ataque à religião culminou no assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, assistente de Dom Helder Câmara, em 27 de maio de 1969. No necrotério D. Helder afirmou sobre os assassinos: “aqueles que julgam estar salvando a civilização cristã com a eliminação de sacerdotes e líderes estudantis”.⁵¹ O arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns foi repetidamente criticado e hostilizado devido ao seu compromisso em favor dos direitos humanos e em defesa dos trabalhadores. As Comunidades de Bases do Centro-Norte tinham como uma figura de referência Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, inúmeras vezes ameaçado de morte. Entre 1970 e 1980, a Igreja Católica foi a instituição nacional mais eficiente e eficaz no trabalho em favor da população brasileira.

8 Da religião mágica à religião crítica

Toda a ação dos católicos teve como referência os documentos da doutrina social da Igreja. A constituição do Vaticano II *Gaudium et Spes* de 1965 e a encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI, em 1967, foram documentos inspiradores desta atividade eclesial. Depois da realização de Medellín (1968), o agir social dos cristãos leigos ficou caracterizado por dois fatores, a consciência das deficiências dos povos do sul do planeta, o resultado de injustiças estruturais, e a recusa de propor modelos alternativos de sociedade universalmente

⁵⁰ SERBIN, K. *Diálogos...op. cit.* 2001.

⁵¹ *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1969, p. 14.

válidos. Os leigos realizavam a análise das condições específicas da realidade e a elaboração de projetos realistas de libertação, à luz da palavra de Deus. O objetivo comum da intervenção foi a construção de uma sociedade mais justa e respeitadora da dignidade humana, capaz de evitar a miséria e a exclusão da maioria dos cidadãos dos benefícios produzidos dentro da nação. Este texto da conferência de Medellín consagra a nova sensibilidade para com os aspectos históricos e sociais da fé cristã.

Apesar dos esforços realizados, ainda convergem juntos fome e miséria, as doenças endêmicas e a mortalidade infantil, analfabetismo e exclusão social, uma profunda desigualdade de renda e tensões entre as classes sociais, os surtos de violência e uma escassa participação da população na gestão do bem comum. Esta história, está intimamente ligada à história da salvação. À luz da fé realizamos um esforço para descobrir o sentido do plano divino, nos sinais dos nossos tempos. Interpretamos que as aspirações e clamores da América Latina são sinais que revelam a orientação do plano de Deus operante no amor redentor de Cristo que introjeta estas aspirações na consciência de uma solidariedade fraterna.⁵²

Tornou-se evidente que renunciar à defesa dos oprimidos significaria trair o próprio batismo e a própria vocação. Ao mesmo tempo, seria trair os direitos fundamentais da pessoa. A religião embora não possuindo soluções específicas para diferentes problemas de seu tempo, deveria desenvolver uma atividade profética. Nos anos setenta, muitos pensadores latino-americanos (Gutierrez, Sobrino, Boff e outros) desenvolveram essas premissas que deram origem à Teologia da Libertação, que sustentava que os critérios para verificar a autenticidade da fé dos cristãos deviam ser buscados na ação. Isso provocou sérios conflitos, porque estimulava as comunidades eclesiais a conectar a salvação cristã ao processo histórico de libertação a ser implementado, se deve viver no nível sobrenatural assumindo as

⁵² EPISCOPADO LATINOAMERICANO CONFERENCIAS GENERALES. Mensaje a los pueblos de América Latina. In: *Documentos pastorales*. Introducción – textos – índice temático. Santiago: San Pablo, 1993, p. 99. (nossa tradução).

contradições das vicissitudes humanas. Nesta ótica, a luta pela justiça já expressava a entrada na economia do projeto de Deus.

Conclusão

Concluindo este estudo da apresentação de aspectos da influência europeia na história religiosa do Brasil e a descoberta da religião crítica, pode-se dizer que a religião é componente externo do substrato histórico e social brasileiro. A religião é ainda um fator de integração do indivíduo, um catalisador para a sua consistência interna. A população do sertão brasileiro ou do altiplano andino encontra ainda a sua força para continuar vivendo, e, certamente, apesar das práticas da religião crítica permanece traços críticos da religião mágica que veio com os conquistadores.

No processo de continuidade histórica da realidade brasileira foram diversos os fatores que levaram à crítica religiosa e uma mudança no que diz respeito à sensibilidade social por parte da Igreja. Um evento de grande relevância neste percurso foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) que realizou um *aggionamento*, ou seja, uma atualização da Igreja diante da sociedade contemporânea. Na América Latina a sucessiva Conferência Geral do Episcopado em Medellín (1968) se desenvolveu na atmosfera do Vaticano II. Este encontro consagra nos seus textos a nova sensibilidade aos aspectos históricos sociais da fé cristã. A partir do término da conferência as iniciativas se multiplicam no sentido de aplicá-la: movimentos de conscientização, renovação bíblica, criação de centros de estudos sociais, ação católica. Será esta nova sensibilidade que contribuirá para a Igreja se tornar mais popular e próxima à população, de maneira especial próxima dos camponeses.

A partir de 1968 se verifica uma intensificação da repressão política da ditadura militar contra os ambientes cristãos sensíveis aos problemas dos camponeses e do operariado. A violência da repressão contra a Igreja não poupa ninguém nem na hierarquia eclesiástica, mas o governo age de maneira pontual e forte em relação à população em geral. Muitas vezes durante as perseguições dos militares a Bíblia foi declarada com um livro subversivo. Curioso é o fato que tais

acusações partem de governos que se declaram católicos e defensores da civilização ocidental cristã.

Ultimamente a memória coletiva que estava enfraquecida retorna após 50 anos do início da ditadura com perguntas ainda sem respostas: onde estão diversos dos desaparecidos? O que foi feito com eles? Não resta dúvida que a influência da religião critica com diversos traços da religião mágica fundamenta a religiosidade brasileira atual. Sua criticidade é derivada destes grandes eventos da Igreja universal, latino-americana e local. O ano de 2013 trouxe uma grande novidade para a Igreja e particularmente para a América Latina: o primeiro papa nascido no continente: Francisco. Seu pontificado já vislumbra uma continuidade ao Vaticano II em uma nova fase: olhar o mundo a partir dos pobres, seguindo o próprio Evangelho.

Fontes e Bibliografia

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (Brasil). Caixa 313-315 - Mesa da Consciência e Ordens.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Caixa 606, maço 3 – Mesa da Consciência e Ordens.

Arquivo Secreto Vaticano – D. I n.Arquivo Secreto do Vaticano. D. n. *Memorie relative all'wvasione da Lisbona di Mons. Caleppi nell'aprile 1808 per raggiungere in Brasile la Real Corte, compilate dal Segretario dello stesso Nunzio (1808-1811). Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae.* Bullas, Brevia, epistolas, decreta actaque Sanctae Sedis ab Alexandro II ad hoc usque tempus amplexens, curante Levy Maria Jordão. Tome I (1171-1600), Olisipone 1868. *Bullarium Diplomatum et Privilegiorum Sanctorum Romanorum Pontificum.* Tomus V, ab Eugene IV (1431) ad Leonem X (1521). Turim, Taurinensis Editio, 1860.

AZZI, R. **Elementos para a história do catolicismo popular.** In: *REB* 36 (1976) 95-130.

_____. **A crise da cristandade e o Projeto liberal.** São Paulo, Paulinas, 1991.

BARMAN, R. **Brazil the forging of a Nation (1798-1852).** Califórnia, Stanford University Press, 1994.

BRUNEAU, T. **Religião e politização no Brasil. A Igreja eo regime autoritário.** São Paulo. A Igreja e o regime autoritário. São Paulo. Loyola, 1979.

- DELUMEAU, J. (dir.). **Storia vissuta del popolo Cristiano**. Turin, International Publishing Company, 1985.
- FIROLAMO, G. - PRANDI, C. **As ciências das religiões**. São Paulo, Paulus, 1999.
- HOORNAERT, E. **História do Cristianismo na América Latina e no Caribe**. São Paulo, Paulus, 1994.
- GARAVAGLIA, J. C. **Spagna e Portogallo in America**. Firenze, Giunti, 1993.
- MANOEL, I. A.; FREITAS, N. M. B. **História das Religiões. Desafios, Problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos**. São Paulo, Paulinas, 2006.
- MAXWELL, K. **Marques de Pombal Paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MCALISTER, L. N. **Dalla scoperta ala conquista**. Bologna, Il Mulino, 1986.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial 1777-1808**. São Paulo, Hucitec, 1989.
- SACHS, I. **Un modello di sviluppo per il Brasile**. Bolonha, EMI, 1993.
- SOUZA, N. **El clero en el Brasil colonial y los movimientos de las conspiraciones**. In: SARANYANA, J. I.; GRAU, C. J. A. (dir.). *Teologia en America Latina*. Vol. II/1. Madrid: Vervuert, 2001.
- SOUZA, N. **Os caminhos do Padroado na evangelização do Brasil**. In: *REB* 247(2002) p. 683-694.
- SOUZA, N. **Um perfil do clero brasileiro (1808-1828)**. In *RHEMA* 4 (1998) p. 249-265. NEVES, G. P. Mesa da Consciência e Ordens. In: SILVA, M. B. N. *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 539-540.
- THOMAS, K. **Religion and the Declive of Magic**. Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth Century England. London, Penguin Books, 1985.
- TRENTO, A. **Il Brasile, una grande terra tra progresso e tradizione (1808-1990)**. Firenze, Giunti, 1992.
- VAINFAS, R. **A heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

Recebido em: 10/08/2015

Aprovado em: 17/09/2015